

DIREITO E CULTURA NOS 35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Flávia Martins de Carvalho

Juíza de Direito no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Juíza auxiliar no Supremo Tribunal Federal. Doutoranda em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela USP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4998-2717>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8350295>



Bom dia a todos e a todas! Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite para compor essa mesa e cumprimentar os presentes, o que faço na pessoa do Ministro Edson Fachin.

O tema que me foi proposto é Direito e Cultura nos 35 anos da Constituição.

A cultura figura na Constituição de 1988 no mesmo capítulo da educação e do desporto, revelando a afinidade entre essas três áreas como importantes ferramentas para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Mas o que é cultura? Nós podemos dizer que alguém é muito culto, a exemplo do Ministro Fachin, ou que determinada pessoa “não tem um pingo de cultura”. Podemos, ainda, dividir a cultura em “erudita” e “popular”, uma estratégia que foi (e ainda é) bastante utilizada para diminuir a produção cultural daqueles que sempre estiveram fora dos centros de poder e cuja contribuição foi muitas vezes apagada da História do nosso País.

O samba, por exemplo, que tem suas raízes na cultura popular e de matriz africana, foi perseguido e desvalorizado, como retratam os versos de Janet de Almeida, da década de 1940, na canção “Pra que discutir com madame?”, da qual eu destaco um pequeno trecho que diz assim:

Madame diz que a raça não melhora
Que a vida piora por causa do samba
Madame diz o que samba tem pecado
Que o samba, coitado, devia acabar
Madame diz que o samba tem cachaça
Mistura de raça, mistura de cor
Madame diz que o samba democrata
É música barata sem nenhum valor.

Definir o que deve ou não ser considerado um valor cultural digno de proteção por parte do Estado é algo que está intrinsecamente relacionado a quem tem o poder de dizer o que é valor para a nossa sociedade, e nós não podemos nos esquecer disso, sobretudo em uma sociedade racista e patriarcal.

Conceição Evaristo nos ensina que é possível construir a personagem de uma empregada doméstica olhando de dentro ou de fora do quartinho dessa empregada, mas as relações de poder que permeiam o fazer cultural historicamente relevante reconheceram como válido apenas o olhar de quem está do lado de fora desse quarto. Entretanto a Constituição brasileira protege o pluralismo e a diversidade. Por isso, a cultura em suas mais variadas formas e sob diferentes perspectivas merece a proteção do Estado.

Para além do conceito de cultura, eu quero falar sobre o porquê a cultura é importante, é um direito, um dever do Estado e é fundamental. E, para isso, eu vou me utilizar de uma técnica que aprendi com Conceição Evaristo, a escrevivência, que, segundo a autora, nasce do ato de escuta e de escrita de mulheres negras. Um ato que remonta aos grãos, que no continente africano tinham o papel de preservar e transmitir a cultura de seu povo por meio da contação de histórias, uma tradição oral de transmissão do conhecimento.

A história que eu vou contar é sobre o dia em que eu visitei a maior penitenciária feminina da América Latina: a Penitenciária de Santana, no estado de São Paulo, onde estão cerca de 1.700 mulheres.

Essa história não começa com “Era uma vez”, porque dessa forma começam as histórias de meninas brancas como a neve ou que foram salvas de penosas tarefas domésticas calçando um sapatinho. A minha história é sobre mulheres que nunca viram a neve, que trazem os pés descalços, a pele curtida de sol e que permanecem no trabalho doméstico até hoje, sem a devida valorização.

No ano passado, eu recebi o convite de uma senhora que faz um trabalho na área da educação na Penitenciária de Santana. Ela perguntou se eu aceitaria fazer o lançamento do livro “Meninas sonhadoras, mulheres cientistas” lá, na Penitenciária, e conversar com aquelas leitoras-detentas. Eu aceitei e assim fizemos.

Para quem nunca visitou uma penitenciária, há muitos ritos para o ingresso, que são necessários por questões de segurança. E eu cumpri todos eles porque eu fui como escritora, não como juíza. Preenchi formulários, enviei documentos, justifiquei minha ida, até que recebi a autorização para ir ao local falar sobre literatura, que é uma das formas de expressão da nossa cultura.

No dia e hora marcados, a responsável pela penitenciária me recebeu e me apresentou um pouco do espaço e da organização que havia

ali. Não visitei celas, mas passei pelos estreitos e pouco iluminados corredores que me conduziram até uma sala improvisada onde seria a minha apresentação.

Eu fui preparada para uma roda de conversa com 10 a 20 detentas, que era a turma de alunas da senhora que me convidou, mas, para minha surpresa, havia muitas presas, algo em torno de cem. Pois bem. Quando eu olhei para o rosto daquelas mulheres, eu vi muitas das minhas, muitas de nós, mulheres. E eu comecei contando para elas a história de uma menina preta e pobre, cuja avó veio ainda criança do Nordeste — de Alagoas — para trabalhar em casa de família; cuja mãe foi empregada doméstica, babá, diarista.

E, na medida em que eu ia contando a história daquela menina, eu ia perguntando quem daquelas mulheres havia passado por situações semelhantes. Eram muitas. Muitas mulheres pretas, pobres, de outros estados, que já haviam trabalhado como empregadas domésticas, babás, diaristas; que muito novas tinham a responsabilidade do sustento da casa; que moraram em casa com goteira; que pegaram ônibus antes do nascer do sol para ir fazer faxina; que quiseram comprar um sapato ou um churrasquinho no ponto de ônibus, mas não tinham dinheiro; que tiveram muita dificuldade para prosseguir nos estudos, e as que estavam ali eram as que ficaram pelo caminho.

Conforme eu avançava na história, que era minha própria, elas iam me acompanhando e se conectando com os pontos em comum das nossas trajetórias, porque a minha história é a história da vida vivida por mulheres negras, por mulheres pobres, por mulheres. E na medida em que os obstáculos iam ficando para trás, elas iam torcendo, torcendo muito por mim, sem saber como era o final, porque, afinal, elas só sabiam que eu era escritora.

Até que, em um dado momento, eu contei que depois de 11 anos de estudo e muitas dificuldades, eu fiz um concurso público e me tornei juíza, juíza de direito no estado de São Paulo, naquele mesmo Tribunal pelo qual elas haviam passado e sido condenadas. Eu agora era uma autoridade.

Naquele momento, que eu receava um pouco, porque eu não sabia como elas reagiriam, eu vi o brilho nos olhos delas, porque o final era muito diferente daquele que elas eram capazes de imaginar. Na origem, entre nós havia inúmeras semelhanças, e na medida em que eu fui caminhando e contando a história, aumentaram as nossas diferenças, mas o que elas viram naquele momento foi um leque de possibilidades. Elas viram outros caminhos possíveis e ampliaram a imaginação sobre as próprias vidas, sobre aquilo que parecia ser o destino certo e determinado não apenas para elas — mulheres pretas e pobres —, mas também para as suas filhas e netas.

Essa ampliação da imaginação fez com que aquelas mulheres se erguessem e me aplaudissem de pé. E eu confesso que esse é um dos poucos orgulhos que eu trago na vida, porque eu não sei se todo mundo aqui sabe o que representa a figura de um juiz em uma penitenciária. E ser aplaudida de pé por cerca de cem detentas foi um reconhecimento, não a mim, mas ao poder que a literatura, a contação de histórias e a capacidade de imaginar outros possíveis mundos tem para quem não tem possibilidades.

Terminada a conversa, enquanto a responsável pela penitenciária me conduzia até a saída, ela me disse: “Elas odeiam juiz, mas elas gostaram muito de você. Eu nunca vi isso”.

E eu quero deixar claro aqui que não estou fazendo uma exaltação pessoal, porque naquele dia não foi o poder da Flávia que se manifestou, foi o poder da literatura, da contação de histórias, da arte, o poder da escrivência como expressão da nossa cultura,

porque foi isso o que eu apresentei.

O filósofo George Didi-Huberman inicia o livro “Imagens apesar de tudo” dizendo: “Para saber é preciso imaginar-se”. No livro “Casca”, ele diz que precisamos imaginar o inimaginável, ainda que esse processo seja doloroso, e eu concordo com ele, porque é no campo do inimaginável que estão as maiores dores causadas pela violação de direitos humanos. São aquelas dores como a de uma mãe que perde uma criança de cinco anos em um tiroteio e a gente diz assim: “Eu não posso imaginar o tamanho dessa dor”. Mas ele dirá que nós precisamos imaginar o inimaginável para combater essas dores.

Quando eu encerrei a minha contação de história na Penitenciária de Santana, uma detenta de mais idade se aproximou de mim com um pedacinho de papel e me pediu para escrever o nome do meu livro. No domingo teria visita e ela ia entregar o papelzinho para a filha e recomendar que comprasse o meu livro para sua neta. Essa é a transformação que eu enxergo como possível através da arte, da literatura, da cultura. São ferramentas capazes de transformar realidades, ampliar a nossa imaginação para além daquilo que é a nossa realidade limitada — a nossa bolha — e contribuir para que o Direito seja capaz de produzir o justo e o bem viver. E é por isso que a cultura é um direito fundamental que encontra proteção na nossa Constituição, que hoje completa 35 anos.

Para encerrar, eu gostaria de declamar alguns versos de uma música chamada “Rap da Felicidade”, produzida na periferia, em homenagem a todas as formas de manifestação cultural protegidas pela nossa Constituição. O rap diz assim:

Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer
Com tanta violência eu sinto medo de viver
Pois moro na favela e sou muito desrespeitado
A tristeza e a alegria aqui caminham lado a lado

Eu faço uma oração para uma santa protetora
Mas sou interrompido a tiros de metralhadora
Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela
O pobre é humilhado, esculachado na favela

Já não aguento mais essa onda de violência
Só peço à autoridade um pouco mais de competência

Eu só quero é ser feliz
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é
E poder me orgulhar
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar

Viva a arte, viva cultura, viva a nossa Constituição!

Obrigada!